

De: Presidencia
Enviado em: terça-feira, 11 de julho de 2017 13:16
Para: Clube de Regatas do Flamengo
Cc: FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)
Assunto: Enc: Embargos de Declaração
Anexos: image001.png; oledata.mso; Embargos.pdf

De: Rj Presidencia <rj.presidencia@cbf.com.br>
Enviado: terça-feira, 11 de julho de 2017 12:51
Para: Presidencia
Assunto: Enc: Embargos de Declaração

De: Andre Luiz Barbosa da Silva
Enviado: terça-feira, 11 de julho de 2017 12:13
Para: Rj Administrativo; Rj Competicao; Rj Presidencia; Rj Registro; Flamengo.00006RJ
Assunto: Embargos de Declaração



DA: TERCEIRA COMISSÃO DISCIPLINAR DO STJD
PARA: FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PARA: CR FLAMENGO

RIO, 11/07/2017

OFÍCIO 134/2017/SEC – 3ª CD

Esta Terceira Comissão Disciplinar, julgará na **quarta-feira dia 12 de julho de 2017, às 14:00 horas**, no Plenário do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, sito na rua da Ajuda, n.º 35 – 15º - Rio de Janeiro – RJ, o(s) seguinte (s) denunciado (s).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, tendo como embargante a Douta Procuradoria da Terceira Comissão Disciplinar do STJD, nos autos do nº 69/2017 – 3º CD – Recorrente: Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo. **Segue anexo.**

Favor cientificar seu filiado.

Atenciosamente

André Barbosa



STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva

andre.barbosa@cbf.com.br

+55-21-2532-8709

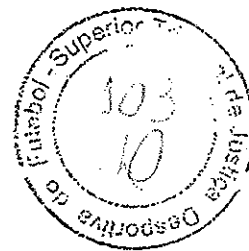
www.cbf.com.br

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A CBF não se responsabilizará pelo conteúdo ou pela veracidade desta informação.

Expediente

ofício: 134/2017

11/7/2017



Processo n.º: 69/2017

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

A **PROCURADORIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA**, por seus representantes infra-assinados, com fundamento no artigo 152-A do CBJD, vem, respeitosamente, apresentar **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, para sanar contradição contida no v. acórdão proferido, pelos motivos a seguir expostos:

A d. Procuradoria denunciou nas iras do artigo 258 o CBJD o Sr. Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo, em virtude de gestos desrespeitosos realizados no Estádio contra a torcida.

Ocorre que, em julgamento ocorrido no dia 28 de junho de 2017, constou equivocadamente do v. acórdão a absolvição do denunciado, muito embora dos cinco votos, apenas dois tenham sido proferidos neste sentido, sendo dos três restantes um proferido pela suspensão por 15 dias, e dois pela suspensão por 15 dias, convertida em advertência.

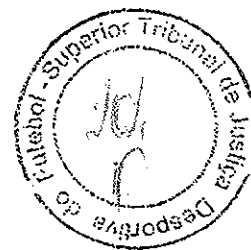
Conforme se demonstra:

De ordem do Auditor deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, Dr. Márcio Torres, referente ao PROCESSO Nº 69 /2017 - Jogo: Avaí FC (SC) X CR Flamengo (RJ) – categoria profissional, realizado em 11 de junho de 2017 – Campeonato Brasileiro Série A – Denunciados: Marcos Vicente dos Santos, atleta do Avaí FC, incurso nos Arts. 243-F § 1º por duas vezes n/f do Art.184, todos do CBJD; Avaí FC, incurso nos Arts. 206, 213 inciso I, Art. 191 inciso III do CBJD c/c Art. 66 do RGC/CBF, todos n/f do Art. 184 do CBJD; **Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo, incurso no Art. 258 do CBJD. AUDITOR RELATOR DR. MÁRCIO TORRES.**

Resultado: “Por maioria de votos, suspender por 04 partidas e multa em R\$ 2.000,00, Marcos Vicente dos Santos, atleta do Avaí FC, por infração ao Art. 243-F § 1º n/n Art. 183 do CBJD, contra os votos dos Auditores Dr. Jurandir Ramos de Sousa, que divergia apenas quanto a não aplicação da multa, nos termos do § 1º do Art.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO FUTEBOL



243-F do CBJD e Presidente que desclassificava a infração para o Art. 258 do CBJD e suspendia por 02 partidas; absolver o Avaí FC, quanto à imputação ao Art. 206, contra o voto do Relator que multava em R\$ 1.000,00; multa-lo ainda em R\$ 3.000,00 por infração ao art. 213 inciso I do CBJD, contra os votos dos Auditores Relator que absolvía e Dr. Jurandir Ramos der Sousa que multava em R\$ 5.000,00 e, por unanimidade de votos, absolve-lo quanto á imputação ao Art. 191 inciso III do CBJD c/c Art. 66 do RGC/CBF; **por maioria de votos, absolver Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo, quanto á imputação ao Art. 258 do CBJD, contra os votos dos Auditores Dr. Márcio Torres que o suspendia por 15 dias e Drs. Otacílio Araújo e Vanderson Maçullo que suspendiam por 15 dias convertendo em advertência**". Determinando prazo de 07 dias para cumprimento da obrigação, devendo comprovar nos autos do processo o cumprimento da referida obrigação no prazo de 48 horas, sob pena das medidas previstas no Art. 223 do CBJD.

Funcionaram na defesa do Avaí FC, Dr. Osvaldo Sestário Filho e Dr. Alan Fonseca, que juntaram prova de DVD e documental. Requereu ainda lavratura de acórdão.

Funcionou na defesa do CR Flamengo, Dr. Michel Assef Filho.

Nos termos do artigo 152-A do CBJD:

Art. 152-A. Cabem embargos de declaração quando:

- I — houver, na decisão, obscuridade ou contradição;
- II — for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o órgão julgante.

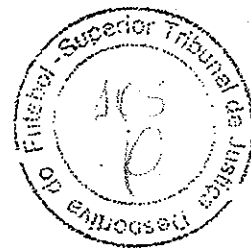
§ 1º Os embargos serão opostos, no prazo de dois dias, em petição dirigida ao relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, não estando sujeitos a preparo; aplica-se aos embargos de declaração o disposto no art. 138, parágrafo único.

§ 2º O relator julgará monocraticamente os embargos de declaração, no prazo de dois dias.

§ 3º Em casos excepcionais, o relator poderá remeter os embargos a julgamento colegiado, apresentando-os em mesa na sessão



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO FUTEBOL



subsequente à oposição, quando considerar relevantes as alegações do embargante.

Assim, uma vez que o resultado do julgamento foi proferido em contradição ao disposto nos votos dos Exmos. Auditores, requer, respeitosamente, a d. Procuradoria de Justiça Desportiva do Superior Tribunal de Justiça do Futebol, que sejam conhecidos e providos os presentes embargos, resultando na adequação da r. decisão para fazer constar a condenação do denunciado em suspensão por 15 dias, convertida em advertência, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º do artigo 152-A do CBJD, caso entenda necessário o d. Relator.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, 03 de julho de
2017.

DANIELLE MAIOLINI MENDES

Procuradora do STJD



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO FUTEBOL



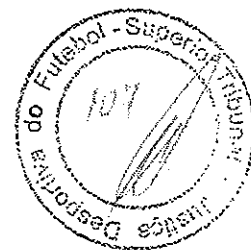
JUNTADA

Aos 11 dias do mês de julho 2017.

Junto a estes autos: Despacho do Relator _____


Secretário(a)

Rua da Ajuda, 35 / 15º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-000
Tel.: (21) 2532.8709 / Fax: (21) 2533-4798 - e-mail stjd@cbf.com.br



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL BRASILEIRO -STJDF.

Processo nr. 69 /2017

Orgão Julgador: 3a. Comissão Disciplinar

Auditor Relator:Dr. Manuel Márcio Bezerra Torres

Embargante: Procuradoria de Justiça Desportiva

Embargado: Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo, incurso no Art. 258 do CBJD.

DESPACHO

1.Trata-se de Embargos de Declaração, onde a Procuradoria afirma que dos cinco votos colhidos na sessão de julgamento, três foram pela condenação do denunciado Sr. Eduardo Bandeira de Melo, Presidente do CR Flamengo, porém, o mesmo foi absolvido. Requer que faça constar na decisão a condenação do denunciado em suspensão por 15 dias, convertida em advertência. Esse é o pedido.

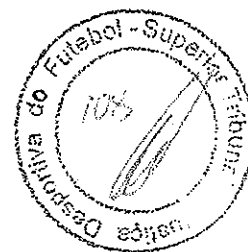
É o breve Relatório.

DECIDO

Entendemos que os presentes Embargos merecem ser apreciados por esta Colenda Comissão Disciplinar.

O Artigo 152-A, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, assim preceitua.

"...



δ 3o. Em casos excepcionais, o relator poderá remeter os embargos a julgamento colegiado, apresentando-os em mesa na sessão subsequente à oposição, quando considerar relevantes as alegações do embargante.

δ 4o. -Quando o relator entender que os embargos de declaração merecem ser providos com efeitos infringentes, deverá remetê-los a julgamento colegiado, na forma do δ 3o. (grifo nosso).

O parágrafo nos obriga a levar o processo para um julgamento colegiado.

Portanto, em face dos parágrafos 3o. e 4o. do artigo 152-A., remeto os presentes autos a Julgamento na próxima sessão desimpedida.

Incluir em pauta de julgamento.

Notifique-se as partes das sessão de julgamento

Fortaleza-Ce, 10 de Julho de 2017.

Dr. MANUEL MARCIO BEZERRA TORRES
Auditor Relator